OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA
uniarq

1 - 2017

OPHIUSSA. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

ISSN 1645-653X

Publicação anual

Volume 1 – 2017

Direcção e Coordenação Editorial:
Ana Catarina Sousa
Elisa Sousa
Rui Boaventura

Conselho Científico:
André Teixeira (Universidade Nova de Lisboa)
Carlos Fabião (Universidade de Lisboa)
Catarina Viegas (Universidade de Lisboa)
Gloria Mora (Universidad Autónoma de Madrid)
Grégor Marchand (Centre National de la Recherche Scientifique)
João Pedro Bernardes (Universidade do Algarve)
José Remesal (Universidade de Barcelona)
Leonor Rocha (Universidade de Évora)
Manuela Martins (Universidade do Minho)
Maria Barroso Gonçalves (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
Mariana Diniz (Universidade de Lisboa)
Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
Xavier Terradas Battle (Consejo Superior de Investigaciones Científicas)

Secretariado: André Pereira

Capa: André Pereira sobre Báculo do Sobral do Martim Afonso (desenho de Marco Andrade).

Paginação: Elisa Sousa

Impressão: Europress

Data de impressão: Novembro de 2017

Edição impressa (preto e branco)
200 exemplares

Edição digital (a cores)
www.ophiussa.letras.ulisboa.pt

ISSN: 1645-653X

Depósito legal: 190404/03

Copyright © 2017, os autores

Edição:
UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras de Lisboa
1600-214 – Lisboa
www.uniarq.net - www.ophiussa.letras.ulisboa.pt - uniarq@letras.ulisboa.pt

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA FLUL LETRAS LISBOA

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA uniarq

OPHIUSSA

Volume 1, 2017, páginas 91-104

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A FASE TARDIA DA IDADE DO FERRO NO OCIDENTE ATLÂNTICO

ELISA DE SOUSA*

RESUMO

Durante as últimas décadas tem-se assistido a um debate no seio da comunidade científica centrado na identidade cultural das populações que habitaram a costa atlântica do território peninsular durante o período sidérico. São várias as interpretações que se enfrentam nesta questão ainda que, com alguma frequência, as suas bases estejam assentes em selecções parciais da realidade arqueológica. Para esta situação contribuiu, em parte, o próprio carácter fragmentário da cultura material disponível para o estudo deste período histórico, passível de suportar diferentes correntes interpretativas. A informação publicada durante os últimos anos permitiu, contudo, desenvolver análises e caracterizações mais detalhadas dos componentes artefactuais desta área ocidental, adicionando novos dados para a compreensão dos ritmos de evolução dos seus principais núcleos de povoamento, particularmente durante a segunda metade do 1º milénio a.C. É com base nestes novos dados que se pretende discutir, neste trabalho, as várias propostas de integração cultural destas comunidades e, em última análise, sublinhar as características que permitem valorizar a existência de uma identidade autónoma, com particularidades regionais, desta zona centro atlântica.

Palavras-chave: Idade do Ferro; Atlântico; Identidade cultural; Púnico; Turdetano.

ABSTRACT

The debate among the scientific community concerning the cultural identity of the Iron Age habitants from the Iberian Peninsula´s Western Atlantic coast generated different interpretations, often based on partial selections of the archaeological reality. On the other hand, the associated material culture, which is frequently quite fragmented, was never the subject of thorough studies. This situation has, subsequently, produced a variety of hypotheses, all of which easily integrated in different theoretical models. Fortunately, during the last few years, it was possible to carry out a detailed analysis of the archaeological evidence from these western territories, which allowed a more specific characterization and evolution of the area during the second half of the 1st millennium BCE. Based on this new data, we discuss, in this paper, the different interpretations for cultural characterization of these communities and, ultimately, aim to emphasize the features that allow to confirm the existence of an autonomous identity, with specific regional features, in this Center Atlantic area.

Keywords: Iron Age; Atlantic; Cultural identity; Punic; Turdetanian.

* - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Fundação para a Ciência e a Tecnologia. e.sousa@campus.ul.pt

1. INTRODUÇÃO

Os dados associáveis à fase mais tardia da Idade do Ferro da costa ocidental atlântica da Península Ibérica permaneceram, até à relativamente pouco tempo, mal caracterizados. A escassez de intervenções arqueológicas extensas e, principalmente, a insuficiência dos dados publicados sobre as ocupações da segunda metade do 1º milénio a.C. conduziram a um conhecimento bastante vago dos contextos culturais referentes a este período. Tal situação potenciou, por sua vez, a inclusão desta área geográfica em ambientes culturais mais amplos e típicos da zona meridional da Península Ibérica.

Com efeito, no decurso das últimas duas décadas, assistiu-se ao eclodir de dois cenários interpretativos que, apesar de ligeiramente distintos nas suas premissas, coincidem na noção de uma sólida integração desta realidade costeira ocidental nos circuitos culturais e comerciais da actual Andaluzia. Os estudos recentemente desenvolvidos na área centro-atlântica geraram, contudo, uma série de novos dados arqueológicos que, ao permitirem delinear de forma mais detalhada os rasgos particulares das comunidades locais, despoletam a necessidade de uma reflexão mais cuidada sobre os cenários interpretativos aplicáveis a estas realidades.

2. A CORRENTE TARTÉSSICO-TURDETANA

A hipótese de uma integração da costa atlântica portuguesa na esfera cultural turdetana, resultante de uma presumida herança tartéssica, é um dos cenários que, seguindo a linha de outras interpretações precedentes (Maia 1985: 170; De Hoz 1995: 598), é actualmente defendido por investigadores como M. Torres Ortiz e M. Almagro Gorbea (Torres Ortiz 2005; 2013; Almagro-Gorbea - Torres Ortiz 2009). Esta corrente interpretativa tem como principal sustento uma série de aspectos linguísticos (topónimos e antropónimos) registados quase exclusivamente nas fontes clássicas e epigráficas do período romano. Na óptica de tal perspectiva, foi salientada a frequência do sufixo *–ipo* na toponomástica atlântica (Lisboa – *Olisipo*; Alcácer do Sal – *Beuipum*; S. Sebastião de Freixo(?) – *Collipo*; área de Elvas(?) – *Dipo*), que é considerado como um elemento linguístico recorrente no vale do Guadalquivir (Villar 1999: 703-707; Torres Ortiz 2005: 195-196; 2013: 449-450; Almagro-Gorbea - Torres Ortiz, 2009: 117), sendo plausivelmente relacionado com um idioma tartéssico-turdetano, que se teria sucessivamente cristalizado nas fontes de época romana. Por outro lado, e no que diz respeito aos antropónimos, esta corrente interpretativa valorizou uma possível relação entre os nomes de magistrados presentes nas legendas das cunhagens monetárias de Alcácer do Sal (*Odacis, Siscra, Sisbe, Sisucurhil*) e a tradição antroponímia da área do Baixo Guadalquivir. Paralelamente, a semelhança verificada entre a prosopografia monetária de Alcácer do Sal e as temáticas iconográficas das cunhagens da área andaluza foi considerada como um outro válido argumento esgrimido na defesa de uma etnogénese turdetana do litoral centro-atlântico (Faria 1992: 45; Torres Ortiz 2005: 196; 200). Uma série de outras referências patentes nas fontes clássicas, como os testemunhos de Plínio o Velho (*Nat. Hist.* IV, 113) e Pompónio Mela (*de Chor.* III, 1,6) relativos à existência de *Turduli Veteres* na região compreendida entre os estuários dos rios Tejo e do Douro, conjuntamente com a classificação, por Ptolomeu (*Geog.* II, 5, 2-4), das antigas cidades de *Salacia* (Alcácer do Sal) e *Caetobriga* (Setúbal) como centros turdetanos (Torres Ortiz 2005: 194; 2013: 449; Almagro-Gorbea - Torres Ortiz 2009: 122), reforçavam também essa interpretação.

No que diz respeito aos dados arqueológicos, foram estabelecidos uma série de paralelismos entre as evidências recuperadas na única necrópole sidérica do litoral do Ocidente Atlântico (Senhor dos Mártires, Alcácer de Sal) e os designados ambientes funerários "tartéssicos" do Baixo Guadalquivir e da Extremadura espanhola. Ulteriores elementos adoptados na defesa desta hipótese foram indicados com base em similitudes detectadas nos grafitos pré-romanos de Santa Olaia, no estuário do Mondego, e outras marcas recolhidas na chamada "área tartéssica" (Torres Ortiz 2005: 201; 2013: 453-454). Por último, foi ainda valorizado um pequeno conjunto de vasos manuais e de cerâmica cinzenta recuperados em Santarém (Arruda 1999-2000: 183) e Lisboa (Arruda - Freitas - Vallejo Sánchez 2000: 44), decorados internamente com motivos brunidos, que foram correlacionados com o mundo andaluz (Torres Ortiz 2005: 203-204; 2013: 455), onde este tipo de decorações é característico quer durante o Bronze Final quer durante a Idade do Ferro.

O conjunto destes elementos foi interpretado, segundo esta perspectiva, como evidência de uma colonização tartéssica do território compreendido entre a foz do rio Tejo e do Sado, que se teria desenvolvido entre o final do século VIII a.C. e a centúria seguinte, com o objectivo de estabelecer um controlo directo das rotas comerciais e dos

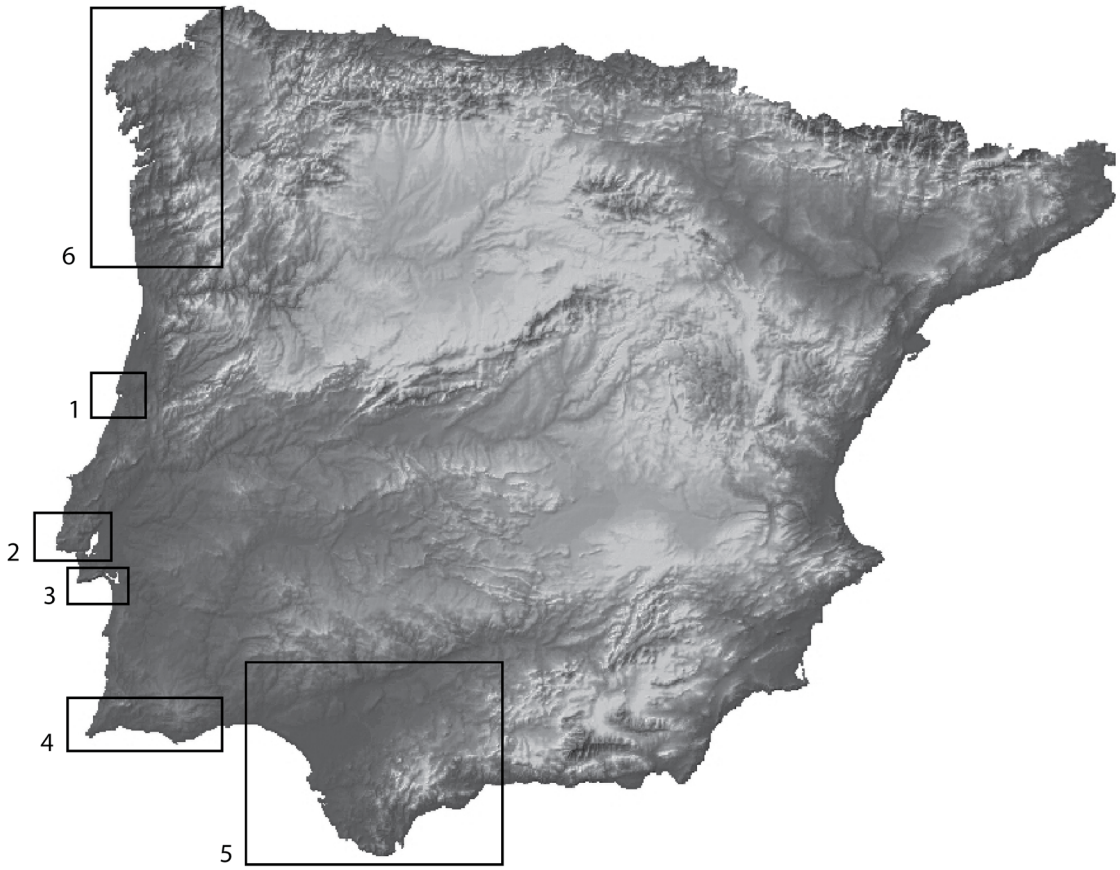


Fig. 1 - Principais áreas referidas no texto: 1 - estuário do Mondego; 2 - estuário do Tejo; 3 - estuário do Sado; 4 - Algarve; 5 - área turdetana e púnico-gaditana; 6 - Norte de Portugal e costa da Galiza.

recursos agrícolas desta área. O elemento étnico-cultural tartéssico, que marcaria esta região durante a primeira metade do 1º milénio traduzir-se-ia, após o século V a.n.e, numa realidade turdetana (Torres Ortiz 2005: 200; 2013: 457; Almagro-Gorbea - Torres Ortiz 2009: 122).

Independentemente do cariz atractivo postulado por esta corrente interpretativa, devem assinalar-se vários elementos que obrigam a uma reflexão mais aprofundada.

Neste trabalho não se pretende afrontar a problemática relativa à definição do que se deve considerar como "tartéssico", um conceito que, quer a nível literário, quer na perspectiva histórico-arqueológica, incorpora diferentes interpretações: se a perspectiva de cariz marcadamente indigenista (Torres Ortiz 2002; Alvar Ezquerra 1994, entre outros) parece, em grande parte, ter sido progressivamente substituída por uma mais coerente interpretação que acentua as relações e mútua influência entre as comunidades nativas andaluzas e as populações orientais (Wagner 1983; Ruiz Mata 2000; Celestino Pérez 2008, entre outros), a hipótese de uma verdadeira e própria coincidência entre a ideia de "Tartessos" e o mundo fenício ocidental (Álvarez Martí-Aguilar 2009; Wagner 2011; Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007, entre outros) parece, em meu entender, igualmente convincente e, inclusivamente, até mais plausível. Contudo, e mesmo admitindo a existência de uma comunidade tartéssica andaluza de carácter eminentemente autóctone e particularmente activa em termos expansionistas, torna-se difícil aceitar, com base nos dados arqueológicos disponíveis, que esta fosse capaz de impulsionar um processo de colonização do território centro-atlântico (Arruda 2013: 215). Para além do mais, os argumentos adoptados em defesa de tal possibilidade, enunciados anteriormente, podem para todo o efeito, ser objecto de interpretações alternativas. Em primeiro

lugar deve considerar-se, como já foi alertado por A. M. Arruda (2013: 213, 215), que a maior parte dos elementos linguísticos supracitados ocorrem apenas em fontes clássicas e epigráficas de período romano, tendo sido alvo de um processo de filtragem por parte dos seus respectivos autores. Apesar de se poder facilmente aceitar uma origem pré-romana para alguns destes topónimos (como é o caso dos que exibem o sufixo–*ipo*), é difícil indicar uma cronologia específica e um claro contexto cultural para a sua emergência. No entanto, e ainda que se possa admitir uma cronologia recuada, que coincida com a fase inicial da Idade do Ferro na costa centro-atlântica (finais do século VIII / inícios do século VII a.C.), como, aliás, se pode depreender considerando a recente proposta de leitura e datação da inscrição recuperada no alto do Castelo de São Jorge, em Lisboa (Arruda 2013: 216, 222; Zamora López 2014), o seu contexto cultural poderá ser outro que não o da hipotizada "colonização tartéssica". Supondo que a orientalização dos estuários do Tejo e do Sado foram o resultado de um processo colonial fenício que teve origem no sul da Andaluzia (Arruda 1999-2000; 2013; Mayet – Silva 2000; Pellicer 1996; 2000), deverá ter-se em consideração a possibilidade de os seus agentes agregarem não apenas fenícios (ocidentais) que, estando estabelecidos naquela área há pelo menos um século, teriam seguramente incorporado certos particularismos autóctones (quiçá até em termos linguísticos), mas também indivíduos dessas mesmas comunidades nativas. Tal interpretação poderá explicar não apenas as similitudes toponímicas entre as duas áreas geográficas mas também os paralelismos que se verificam em certos aspectos da cultura material (decorações brunidas internas, arquitecturas funerárias, iconografia, etc.).

Por outro lado, a passagem ao contexto cultural turdetano da fase sucessiva (séculos V a III a.C.), que é considerado, nesta corrente interpretativa, como um processo natural e contínuo, sobretudo com base nas legendas e iconografia das cunhagens de Alcácer do Sal, não encontra, na minha perspectiva, um reflexo coerente no quadro da cultura material.

Com efeito, e ao contrário do que se verifica no sul do território português, a integração dos territórios da foz do Tejo e do Sado no âmbito cultural turdetano (ou púnico-gaditano), durante a fase mais tardia da Idade do Ferro, é difícil de defender. Apesar dos dados arqueológicos serem ainda algo insuficientes e pouco exaustivos, não se pode omitir a ausência de referências a certos elementos da cultura material (espelho dos usos e costumes que

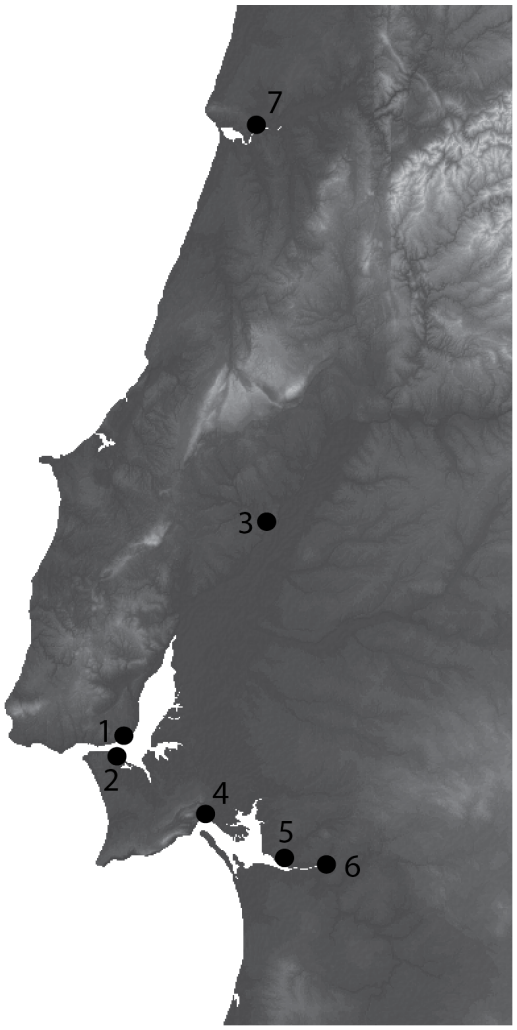


Fig. 2 - Principais sítios referidos no texto: 1 - Lisboa; 2 - Almaraz; 3 - Santarém; 4 - Setúbal; 5 - Abul; 6 - Alcácer do Sal; 7 - Santa Olaia.

definem, ainda que não exclusivamente, aspectos culturais das comunidades antigas) que poderiam anunciar contactos intensivos entre estas áreas. É o caso, por exemplo, das cerâmicas de tipo Kuass que não surgem, até ao momento, em níveis de clara cronologia pré-romana nos diversos sítios identificados na área do Tejo, ou mesmo de certos tipos de decorações pintadas ou formas específicas de ânforas (séries 12 de Ramon Torres e tipos 8.1.1.2 e 8.2.1.1), que são, por oposição, denominadores comuns em toda a costa algarvia (Sousa 2009: 103-106; Sousa - Arruda 2010) e andaluza.

Em relação à área do Sado, a situação é um pouco mais complexa em termos da caracterização da cultura material destas etapas mais tardias da Idade do Ferro, desconhecendo-se um elenco pormenorizado do repertório artefactual dos diversos sítios aí intervencionados. Contudo, e

ainda que seja provável a presença de pelo menos alguns destes elementos, resultantes talvez de uma maior abertura desta área às correntes comerciais meridionais, os dados disponíveis sobre importantes sítios como Setúbal, Abul B e Alcácer do Sal (Silva *et al*. 1980-81; Soares - Silva 1986; Mayet - Silva 1997) parecem evidenciar que se trata de ocorrências pouco frequentes, que denunciam a existência de contactos supra-regionais mas não de uma clara integração nas esferas culturais da área andaluza.

Por outro lado, a própria existência de um "horizonte cultural turdetano" foi objecto, durante os últimos anos, de fortes críticas, que tiveram como principal consequência a aceitação de que esse mesmo horizonte terá sido apenas uma construção conceptual que emergiu no seio da literatura greco-latina de forma a uniformizar, de forma inevitavelmente generalista, as diversas identidades culturais do mundo meridional peninsular (Ferrer Albelda - García Fernández 2002; García Fernández 2003; 2012; Cruz Andreotti 2007; 2010; 2011).

Um último aspecto que gostaria de salientar, e que se encontra em clara relação com o ponto anterior, centra-se nas características das cunhagens monetárias de Alcácer do Sal, que consistem, como já atrás se expôs, num dos argumentos que confirmaria uma sistemática influência andaluza na área do Estuário do Sado durante o período pré-romano. Apesar de ser inquestionável a correlação entre os numismas de Alcácer e a realidade mais meridional, refletida pela adopção de temáticas que repercutem os modelos iconográficos do sul Andaluz (Faria 1989; 1995; Mora Serrano 2011: 87), presentes também ao longo de toda a costa algarvia (cunhagens de *Baesuris, Balsa, Ossonoba, Cilpes e Ipses*), devemos também considerar o facto de a antiga *Salacia* ter constituído o único núcleo da costa ocidental portuguesa a cunhar moeda durante os finais do 1º milénio a.C., um fenómeno que deve ser directamente associado à efectiva ocupação romana desta zona. A conquista romana do sul do território português constitui um processo complexo, no qual as movimentações e transmigrações de grupos humanos terão jogado um papel fundamental na configuração política e económica desta nova realidade. Neste âmbito, convêm recordar que alguns investigadores defendem que as referências de Plínio o Velho e de Pompónio Mela sobre os *Turduli Veteres* sejam referentes não ao período pré-romano mas sim ao contexto das campanhas militares do século II a.C. (García y Bellido 1951: 496; Ribeiro no prelo, *apud in* Arruda 2013: 216). Como tal, a possibilidade de que populações originárias da zona meridional da Península Ibérica possam ter-se instalado junto à foz do Sado apenas durante a época romano-republicana deve ser equacionada e poderia, explicar, em minha opinião, e em alternativa ao modelo tartéssico-turdetano, as fortes relações verificadas entre estas duas realidades.

3. A CORRENTE PÚNICO-GADITANA

Uma outra corrente interpretativa, desenvolvida principalmente por A. González-Ruibal (2004a: 34; 2004b: 296; 2006: 129; González-Ruibal - Rodríguez Martínez - Ayán Vila 2010: 596) e Juan Domínguez Pérez (2005: 8-10; 2006: 54; 2011: 298), atribuí uma particular importância aos circuitos comerciais atlânticos, sustentando a existência de uma intensa rede mercantil, ao longo de toda a segunda metade do 1º milénio a.C., entre a zona andaluza e a costa ocidental atlântica, atingindo o litoral galego.

Os argumentos que sustêm esta interpretação recaem na identificação de um conjunto de artefactos cerâmicos recuperados no Noroeste Peninsular (cerâmicas gregas e ânforas de aparente origem meridional), que foram interpretadas como evidências de um sistemático processo redistribuitivo cujo foco de origem seria rastreável à área andaluza (Silva 1986: 316), mais especificamente a Cádis (González-Ruibal 2004a: 39; Domínguez Pérez 2011: 298-299).

Esta perspectiva, que é, para todos os efeitos, uma realidade nas áreas mais meridionais do território português, em particular no Algarve (Arruda 2001: 81-82; Sousa 2009: 103-106; Sousa - Arruda, 2010), não parece, contudo, ser aplicável ao restante ocidente atlântico. As evidências arqueológicas do Noroeste devem ser interpretadas com alguma cautela uma vez que a sua cronologia e o seu verdadeiro peso estatístico nos respectivos contextos de recolha é ainda incerto. Os dados publicados não são suficientemente claros no que diz respeito à distinção entre os artefactos cerâmicos seguramente relacionados com uma fácies pré-romana e aqueles já associados com o processo de romanização. Esta questão não se aplica, por razões óbvias, aos fragmentos de cerâmica grega, mas sim a outros materiais, classificados genericamente como "púnicos" (González-Ruibal 2004a, 2004b, 2006; González-Ruibal - Rodríguez Martínez - Ayán Vila 2010; Domínguez Pérez 2005; 2006; 2011), e que parecem englobar duas realidades distintas: por um

lado, alguns artefactos que parecem seguramente datáveis da Idade do Ferro; por outro, evidências que, dada a sua aparente associação a ânforas de tipo greco-itálico, Dressel 1 e Mañá C2, cerâmica campaniense A e *kalathoi* ibéricos (González-Ruibal 2004a: 35, 39; 2004b: 300-303; González-Ruibal - Rodríguez Martínez - Ayán Vila 2010: 593-596; González-Ruibal *et al*. 2007: 51-56; Domínguez Pérez 2011: 298), terão atingido o Noroeste apenas durante a fase romano-republicana. Com efeito, se tivermos em consideração os dados de outros sítios coevos da costa atlântica, nos quais os primeiros materiais itálicos são frequentemente acompanhados de quantidades significativas de cerâmicas gaditanas, deveremos admitir que uma parte significativa destes elementos "púnicos" se deve já associar a uma cronologia de fase romana.

4. AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS DA ÁREA CENTRO-ATLÂNTICA

Como já foi referido na introdução deste trabalho, a falta de uma descrição e análise exaustiva dos testemunhos arqueológicos da costa centro-atlântica gerou um quadro de certa ambiguidade no qual diversas interpretações eram admissíveis. Estudos recentes revelaram, contudo, uma considerável quantidade de novos elementos que permitem discutir os modelos interpretativos precedentes e propor um outro quadro explicativo.

Na sequência de uma fase "orientalizante" (finais do século VIII – século VI a.C.), durante a qual a costa atlântica ocidental se relaciona, de forma mais ou menos intensa, com a esfera cultural fenícia-ocidental (Arruda 1999-2000: 257-258), observa-se, a partir de meados do 1º milénio, profundas alterações no registo arqueológico quer a nível das estratégias de ocupação e exploração do território, quer a nível da cultura material (Sousa 2014: 306-309).

Este fenómeno, integrável na conjuntura geralmente denominada de "crise do século VI a.C.", envolveu uma complexa combinação de causas internas e externas que afectaram praticamente todas as áreas da Península Ibérica previamente influenciadas pela colonização fenícia. Na costa centro-atlântica do território português observa-se, a partir desta fase, uma considerável diminuição no ritmo de importações, em particular no âmbito dos contentores anfóricos (Arruda 1999-2000; Sousa 2013: 107; 2014: 215). A própria cerâmica grega é também escassa nos principais sítios de *habitat* da foz do Tejo e do Sado, apesar da considerável extensão das áreas escavadas (Lisboa - 18 fragmentos; Almaraz -2 fragmentos; Santarém - 9 fragmentos; Alcácer do Sal - 1 fragmento). Com efeito, se excluirmos o único caso divergente, de âmbito funerário, representado pela necrópole de Alcácer do Sal, na qual se recuperaram mais de quarenta vasos gregos (Rouillard *et al*. 1988-1989: 50), nota-se como os centros de povoamento do litoral centro-atlântico manifestam uma reduzida capacidade aquisitiva quando comparados com os núcleos localizados no sul do nosso território (Arruda 1997; Arruda - Barros - Lopes, 1998; Barros 2003; 2005), que estão plenamente integrados nas redes comerciais sul-peninsulares e nos quais as cerâmicas gregas somam centenas de exemplares. No que diz respeito, por sua vez, aos contentores anfóricos, deve referir-se que muitos dos achados efectuados no estuário do Tejo e do Sado, que inicialmente se presumia serem provenientes da área andaluza (tipos B/C e D de Pellicer e Mañá Pascual A4), e que poderiam corroborar a proposta de uma intensa ligação comercial entre estas áreas geográficas, foram recentemente alvo de uma reclassificação que os integra no âmbito de uma sólida produção regional centro-atlântica (Sousa 2014: 90-109; Sousa - Pimenta 2014). Na área de Lisboa, por exemplo, para a segunda metade do 1º milénio a.C., conhecem-se apenas quatro ânforas importadas num conjunto que ultrapassa o meio milhar de exemplares (Sousa 2014: 109), o que parece refletir um carácter inconstante no quadro dos contactos comerciais com as áreas mais meridionais. Paralelamente, observa-se um momento de claro apogeu no âmbito das produções cerâmicas locais que, integrando todas as categorias funcionais (cerâmica de mesa, de cozinha, armazenamento e transporte), utiliza as mesmas tendências tecnológicas patentes durante a fase orientalizante, ainda que se assista a uma notável diversificação do respectivo repertório morfológico (Sousa 2013: 107-108).

Na região do Tejo, onde estudos recentes proporcionaram uma análise mais pormenorizada desta evolução (Sousa 2014), a cerâmica de mesa dos séculos V e IV a.C. é constituída por produções de tradição orientalizante (cerâmica de engobe vermelho e cerâmica cinzenta), que adquirem uma série de detalhes morfológicos característicos desta região, como é o caso da preferência por formas carenadas, que com alguma frequência conjugam pés altos e elaborados. Mesmo na cerâmica comum observam-se algumas características peculiares, como é o caso de formas carenadas com asas laterais, pratos e taças claramente inspiradas nas

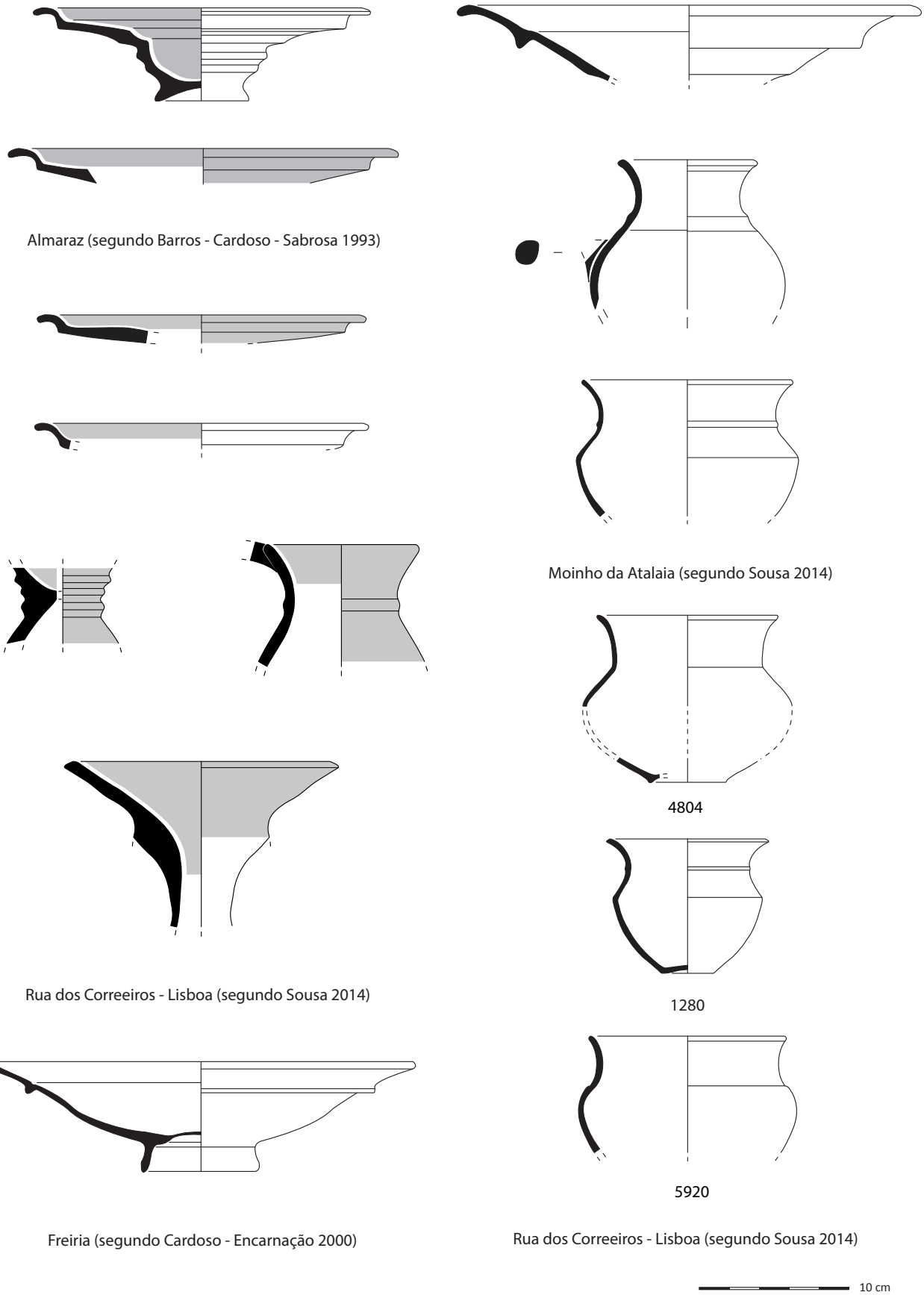


Fig. 3 - Formas mais características de cerâmica de engobe vermelho e de cerâmica cinzenta da foz do estuário do Tejo (séculos V e IV a.C.).

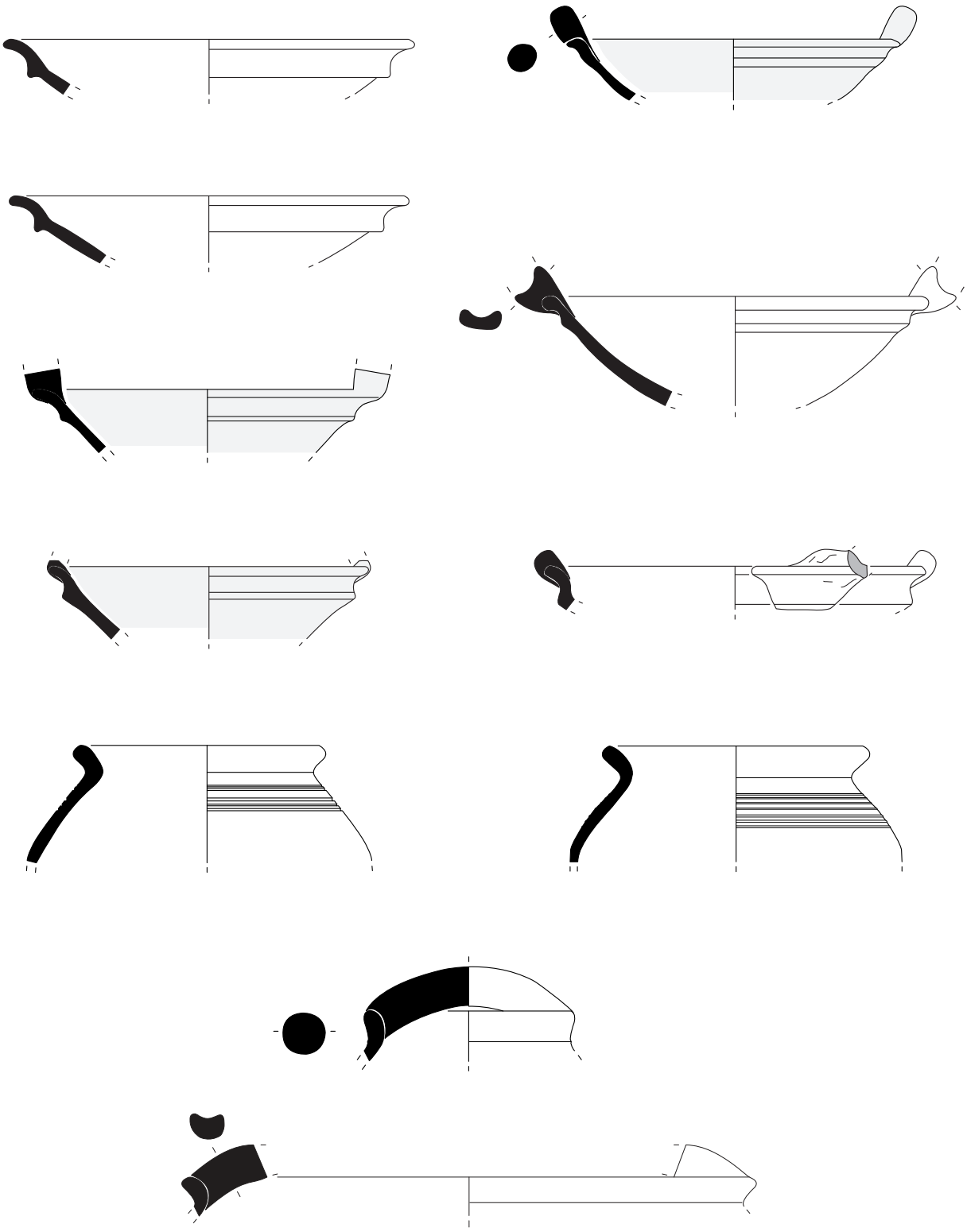
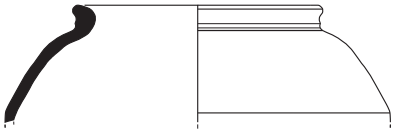
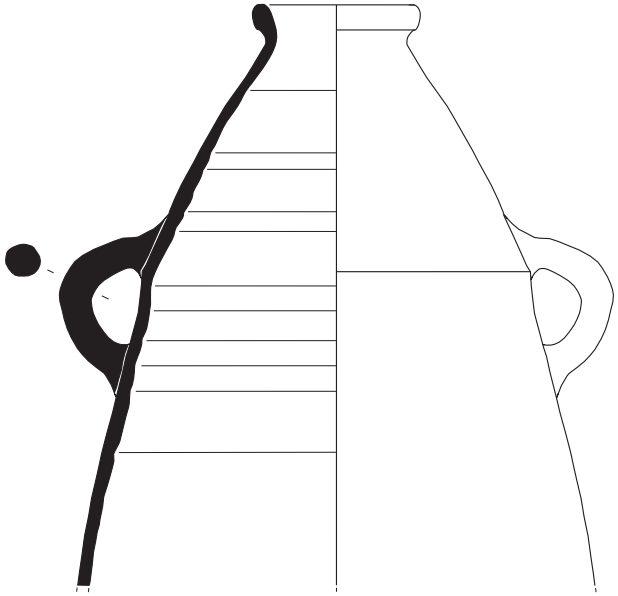


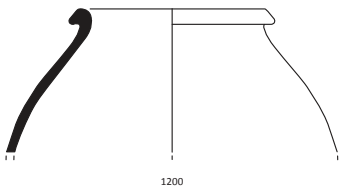
Fig. 4 - Formas mais características de cerâmica comum da foz do estuário do Tejo (séculos V e IV a.C.).



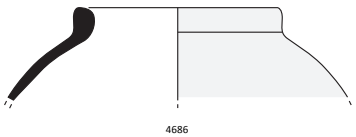
Tipo 1 - Alto dos Cacos (Almeirim)



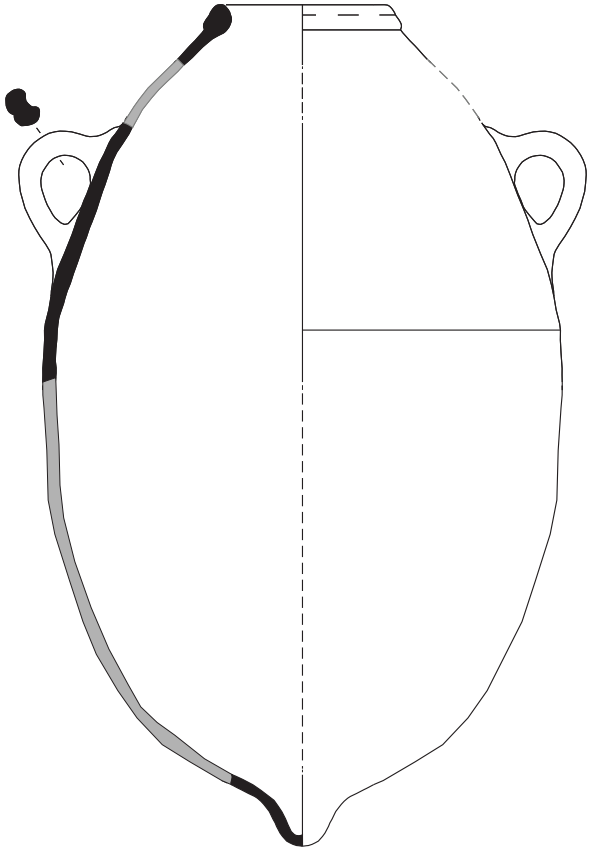
Tipo 2 - Casa dos Bicos - Lisboa



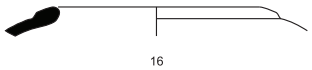
Tipo 3 - Rua dos Correeiros - Lisboa



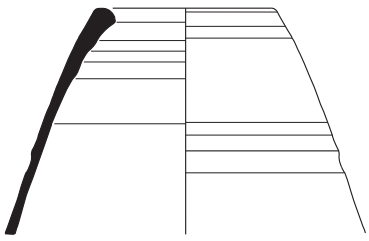
Tipo 4 - Rua dos Correeiros - Lisboa



Tipo 5 - Porto do Sabugueiro (Muge)



Tipo 6 - São João da Praça - Lisboa



Tipo 7 - Castelo de São Jorge - Lisboa

10 cm

Fig. 5 - Produções anfóricas do estuário do Tejo (séculos V a III a.C.) (segundo Sousa - Pimenta, 2014).

produções de mesa, e uma ampla variedade de contentores de armazenamento, derivados dos *pithoi* da fase precedente, e também de cozinha, exibindo por vezes asas internas, uma característica que sugere a existência de contactos com as áreas mais interiores no território peninsular. Contudo, a produção anfórica do estuário do Tejo é, sem qualquer dúvida, o elemento que reflete uma melhor perspectiva das dinâmicas económicas e comerciais desta área centro atlântica, evidenciando uma realidade muito mais complexa do que anteriormente se assumia. Estas produções, que se enquadram cronologicamente entre, pelo menos, o século VII a.C. e os momentos finais da Idade do Ferro (Sousa - Pimenta 2014), agrupam, com efeito, várias centenas de contentores. A partir, sobretudo, do século V a.C., e em conformidade com o que se observa na Extremadura espanhola e no sul peninsular, observa-se, neste grupo, uma maior diversificação morfológica e um reforço das características eminentemente regionais (amplitude de bordo, secções das asas, etc.). A produção destas diferentes categorias cerâmicas, que exibem uma notável qualidade em termos de fabrico (cozeduras oxidantes, pastas resistentes e compactas, e acabamentos cuidados) parece ter tido, contudo, uma difusão bastante limitada que se estende, sobretudo, ao estuário do Tejo.

Esta regionalização da cultura material coincide, por sua vez, com uma série de significativas alterações que se observam no padrão de ocupação humana que emerge a partir de finais do século VI a.C., e que parece estar fortemente relacionado com modificações estruturais no quadro das estratégias económicas. Com efeito, durante a segunda metade do 1º milénio a.C., observa-se a emergência, no ocidente da Península de Lisboa, de pequenos núcleos de *habitat* que se instalam em relevos de baixa altitude, com considerável potencial agrícola, e nas proximidades de cursos de água. Este incremento da rede de povoamento, orientada para a exploração de recursos agro-pecuários é um reflexo de novas lógicas de ocupação que traduzem, provavelmente, uma reorganização dos limites geográficos na esfera de influência política, comercial e cultural da realidade do Baixo Tejo (Sousa 2014: 306-309).

No que concerne o estuário do Sado, a carência de dados arqueológicos dificulta uma compreensão detalhada das características da cultural material para a segunda metade do 1º milénio a.C. No entanto, ao analisar os elementos disponíveis para os sítios de Alcácer do Sal, Abul B e Setúbal, pode depreender-se a existência de um fenómeno similar ao ocorrido da área do Tejo. Apesar da ausência descrições detalhadas sobre a cultura material das fases mais tardias da ocupação da Idade do Ferro, que permitam estabelecer o peso e características das produções locais face aos materiais importados, parece ser evidente a existência de pratos de paredes rectas com depressões centrais acentuadas, produzidos quer em cerâmica cinzenta quer em cerâmica de engobe vermelho (Silva *et al*. 1980-1981: 177: nº 186 e 187; Arruda *et al*. no prelo), assim como alguns contentores anfóricos (Arruda - Cardoso 2013: fig. 8-11; Arruda *et al*., no prelo) que exibem certas analogias com as especificidades das produções taganas (asas ovais com sulco externos, perfis de bordo, etc.), e que permitem depreender uma eventual consolidação regional do repertório cerâmico ao longo da segunda metade do 1º milénio a.C. No entanto, é também provável que este fenómeno não se expresse de forma tão evidente na área do Sado, considerando a sua posição geográfica mais meridional, que poderá ter comportado contactos mais frequentes com outras áreas do sul e do interior peninsular.

5. DISCUSSÃO

Se tomarmos em consideração todos os elementos anteriormente descritos, parece ser evidente que a cultura material da costa ocidental atlântica do território português assume, durante a fase mais tardia da Idade do Ferro, um forte carácter regional. Apesar de ser perfeitamente admissível a existência de contactos supra-regionais com outras áreas da antiga *Iberia*, que podem ter influenciado, em qualquer aspecto particular, as morfologias cerâmicas locais, os dados arqueológicos analisados e, sobretudo, a escassez de materiais importados, não permitem, em minha opinião, sustentar a hipótese de um intenso e permanente circuito comercial entre a costa ocidental atlântica e a actual zona andaluza durante este período.

Por outro lado, a ausência ou escassez de elementos característicos da fase tardia da Idade do Ferro meridional (cerâmicas de tipo Kuass, ânforas do tipo 12 de Ramon Torres, 8.1.1.2, 8.2.1.1. e formas B/C e D de Pellicer, para além de outros materiais de cerâmica comum ou pintada) torna difícil defender a etnogénese "turdetana" tal como é actualmente teorizada por M. Torres Ortiz e M. Almagro Gorbea.

Durante a segunda metade do 1º milénio a.C., os contactos entre o sul do território espanhol e a costa atlântica portuguesa registam-se, de forma

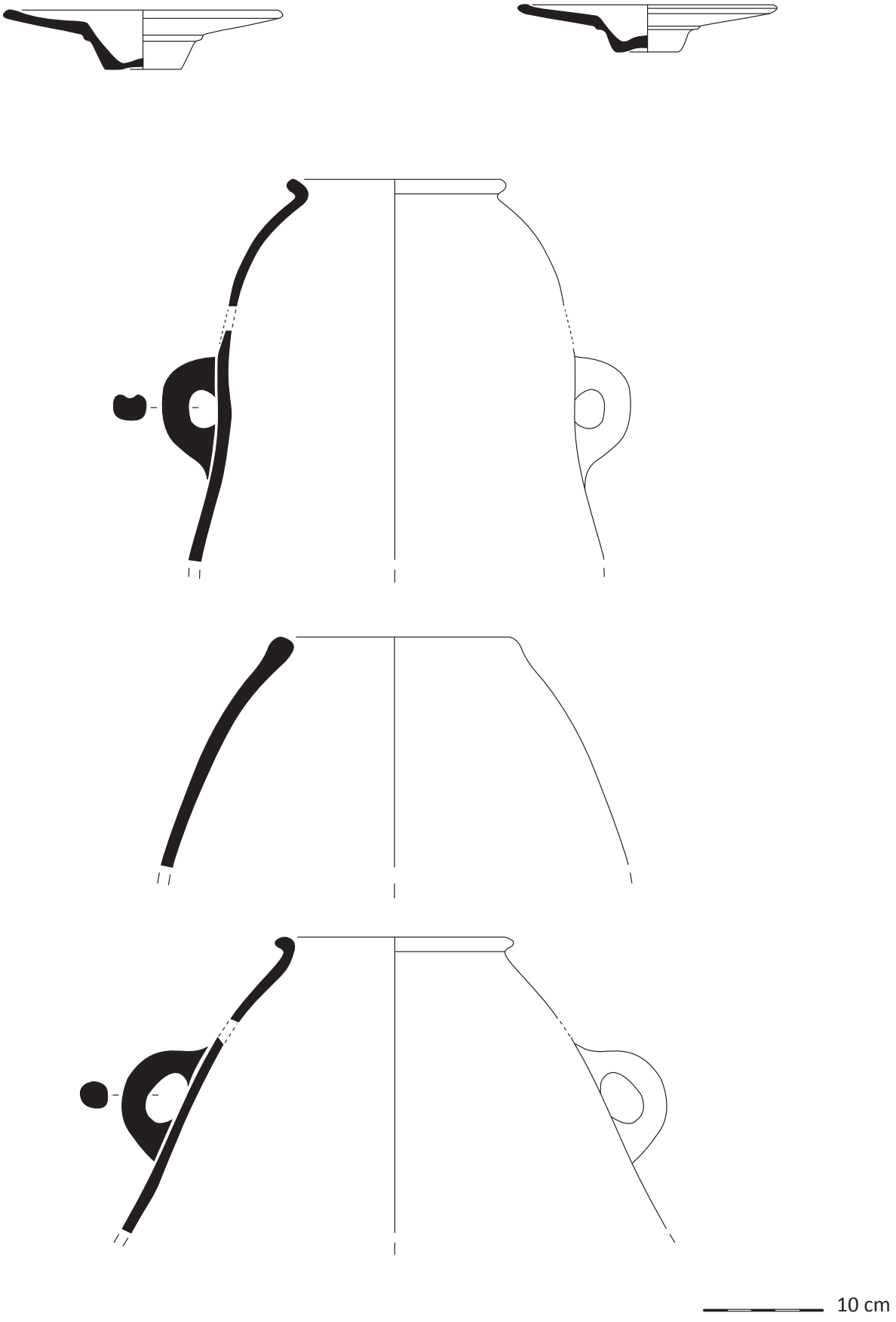


Fig. 6 - Pratos e ânforas (segundo Silva *et al*. 1980-1981; Arruda - Cardoso 2013) do Estuário do Sado.

intensiva, apenas no sul e, em particular, no Algarve, área onde se verifica uma completa integração dos núcleos litorais (Castro Marim, Tavira, Faro, Cerro da Rocha Branca e Monte Molião) na esfera cultural e comercial andalusa. Estes sítios do litoral algarvio mostram, com efeito, nos seus respectivos repertórios cerâmicos, quantidades verdadeiramente impressionantes de produções andaluzas e, em particular, de origem gaditana. Se, por um lado, as importações anfóricas e de cerâmica fina poderiam apenas indicar contactos comerciais plenamente justificáveis pelas circunstâncias geográficas deste território, a presença de materiais de cerâmica comum e pintada de origem andaluza, que superam os 70% dos conjuntos artefactuais analisados (Sousa 2009; Sousa - Arruda, 2010), revelam um claro investimento da área de *Gadir* no território algarvio cujos contornos históricos permanecem ainda um pouco difusos, apesar de ser admissível que tal interesse se relacione com a exploração dos recursos marítimos da região.

Por outro lado, na área mais setentrional da costa atlântica, as dinâmicas comerciais são substancialmente diversas. A partir de finais do século VI a.C. as importações do sul peninsular parecem ser raras, limitando-se a alguns contentores anfóricos provenientes da área de Cádis e do interior do vale do Guadalquivir. Em compensação, as produções locais (ânforas, cerâmica finas e comum) atingem o seu momento de apogeu com a consolidação de uma série de características regionais que permitem a sua distinção comparativamente com outros horizontes artefactuais coetâneos.

Todos estes elementos pressupõem uma certa marginalização da área centro atlântica, porventura mais acentuada na região do Tejo que no estuário do Sado, no quadro dos principais circuitos comerciais meridionais. Os motivos deste processo dissociativo, após o período orientalizante, podem, provavelmente, relacionar-se com o progressivo decréscimo da importância da exploração de determinados recursos regionais. Se assumirmos que, particularmente nas áreas mais setentrionais, o principal interesse da colonização fenícia a partir de finais do século VIII a.C. incidisse no quadro da exploração dos recursos metalíferos (quer no âmbito da riqueza aurífera do Tejo, quer em termos da sua posição enquanto corredor de acesso privilegiado aos territórios mais interiores, ricos em estanho e também em ouro), as alterações geo-políticas e económicas que se impuseram em todo o antigo mundo colonial fenícios após a chamada "crise do século VI" podem ter conduzido a uma certa desvalorização destes recursos. Com efeito, o principal vector económico da área costeira andaluza, que possivelmente se estende também ao litoral algarvio, reconverte-se na exploração de recursos marítimos, o que pode ter implicado uma relativa desvalorização dos recursos metalíferos, em particular nos casos que implicavam deslocações a longas distâncias. Tal fenómeno poderá, consequentemente, ter condicionado a própria manutenção das vias comerciais que, durante os momentos iniciais da Idade do Ferro, teriam mantido em contacto as duas realidades, configurando-se, nas etapas mais tardias, como meras ligações pontuais e não sistemáticas.

Esta situação de relativo isolamento não implicou, contudo, nestas comunidades centro-atlânticas, um momento de declínio. Pelo contrário, terá motivado e impulsionado um processo de reestruturação com particular protagonismo nas esferas económicas e demográficas (Sousa 2013; 2014), ainda que numa escala assumidamente regional, sobretudo a partir de finais do século VI a.C.

Em Lisboa, um dos maiores núcleos de povoamento do estuário do Tejo, de possível fundação fenícia (Sousa 2015), os meados do 1º milénio a.C. correspondem ao momento de máxima expansão do centro urbano. Este período coincide também com o desenvolvimento de uma intensa rede de ocupação de cariz essencialmente rural que se gera em torno a este núcleo principal, e que se manifesta com a fundação de mais de uma dezena de novos estabelecimento neste período cronológico. Este processo, no qual as diversas directivas económicas, comerciais e culturais parecem efectivamente irradiar deste centro principal para as áreas mais periféricas, por mais tradicional que pareça esta perspectiva, irá perdurar e configurar a área da foz do estuário do Tejo até à chegada dos primeiros contingentes militares romanos à região. Mesmo na área do Sado, onde os dados são consideravelmente mais escassos para o período aqui tratado, deve assinalar-se, a partir de finais do século VI a.C., a construção do complexo de Abul B, um espaço que terá assumido funções eminentemente ligadas ao horizonte ritual (Mayet - Silva 1997), mas que poderá também representar reestruturações significativas no quadro da ocupação do território que terão, contudo, de ser relacionadas com outros dados referentes ao quadro de povoamento da região que permanecem ainda por identificar e caracterizar.

Em suma, as realidades atlânticas ocidentais revelam uma notável capacidade de recuperação na sequência da emergência de um novo cenário

geo-político; uma resiliência que, à luz de novas estratégias económicas, se pode observar em termos da reorganização da ocupação humana nos espaços regionais, e, paralelamente, na emergência de um horizonte da cultura material que confere, a estas comunidades, um forte carácter distintivo no âmbito das esferas culturais da Península Ibérica durante os momentos mais tardios da Idade do Ferro. Estas Idades do Ferro Centro Atlânticas, que são, por sua vez, também elas distintas nas diferentes regiões, deverão, portanto, ser reconhecidas como realidades arqueológicas dotadas da sua própria originalidade e individualizadas de outros horizontes culturais peninsulares contemporâneos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMAGRO-GORBEA, M. - TORRES ORTIZ, M. (2009) - La colonización de la costa atlántica de Portugal: Fenícios o Tartesios. *Paleohispanica* 9: 113-142.

ALVAR EZQUERRA, J. (1994) - Reflexiones sobre el concepto cultural de Tarteso. In MANGAS MANJARRÉS, J. - ALVAR EZQUERRA, J. (coords.), *Homenaje a José María Blázquez* II. Madrid: 37-43.

ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M. (2009) - Identidad y etnia en Tartesos. *Arqueología Espacial* 27: 79-112.

ARRUDA, A. M. (1997) - *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los fenicios en Portugal. Fenícios e indígenas en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona.

ARRUDA, A. M. (2001) - Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado. In *Os púnicos no Extremo Ocidente.* Lisboa: 69-98.

ARRUDA, A. M. (2013) - Do que falamos quando falamos de Tartesso. In CAMPOS, J. M. - ALVAR, J. (eds.), *Tarteso. El emporio del metal.* Espanha: 211-222.

ARRUDA, A. M. - BARROS, P. - LOPES; V. (1998) - Cerâmicas áticas de Mértola. *Conimbriga* 37: 121-149.

ARRUDA, A. M. - CARDOSO, J. L. (2013) - A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 20: 731-754.

ARRUDA, A. M. - FREITAS, V. - VALLEJO SÁNCHEZ, J. (2000) - As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3-2: 25-59.

ARRUDA, A. M. - SOUSA, E. - FERREIRA, M. - LOURENÇO, P. - CARVALHO, A. (no prelo) - Contributos para o conhecimento da Idade do Ferro de Alcácer do Sal: os dados da Travessa do Rato.

BARROS, L. - CARDOSO, J. L. - SABROSA, A. (1993) - Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz – Almada. *Estudos Orientais* 4: 143-181.

BARROS, P. (2003) - As cerâmicas áticas de Tavira. In *Tavira. Território e poder*. Lisboa: 73-75.

BARROS, P. (2005) - Cerâmicas áticas no Circuito do Estreito do Extremo-Ocidente Peninsular: Quinta da Queimada, Ilhéu Rosário, Faro e Tavira. In *El Período Orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental.* Mérida: 931-945.

CARDOSO, G. - ENCARNAÇÃO, J. (2000)– Notas sobre a ocupação proto-histórica na Villa Romana de Freiria. *Revista de Guimarães* n.º esp.: 741-757.

CELESTINO PÉREZ, S. (2008) – Tartessos. In GRACÍA ALONSO, F. (coord.), *De Iberia a Hispania*. Espanha: 93-345.

CRUZ ANDREOTTI, G. (2007) - Acerca de Estrabón y la Turdetania-Bética. In CRUZ ANDREOTTI, G. - LE ROUX, P. - MORET, P. (eds.), *La invención de una geografia de la Península Ibérica. II. La época imperial*. Málaga – Madrid: 251-270.

CRUZ ANDREOTTI, G. (2010) - Tarteso-Turdetania o la deconstrucción de un mito identitário. In DE LA BANDERA ROMERO, M. L. - FERRER ALBELDA, E. (coord.), *El Carambolo. 50 años de un tesoro*. Sevilla: 17-52.

CRUZ ANDREOTTI, G. (2011) - Identidad e identidades en el sur de la Península Ibérica en época romana: un problema histórico y geográfico. In VALVO, A. - SARTORI, A. (eds.), *Identità e autonomíe nel mondo romano occídentale. Attí de´III Convegno Internazionale di Epigrafia e Storia Antica*. Faenza: 209-225.

DE HOZ, J. (1995) - Tartesio, fenicio y céltico 25 años después. In *Tartessos 25 años después (1968-1993)*. Jerez de la Frontera: 591-607.

DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. (2005) - Materiales púnico-gaditanos en los confines del Extremo Occidente atlántico. *Antiqvitas* 17: 5-11.

DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. (2006) - La ruta púnica hacia el Extremo Occidente Noratlántico. *Gallaecia* 25: 45-63.

DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. (2011) - *Hippoi* en los confines del mundo: los límites noratlánticos de la talasocracia de Gadir. In DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. (ed.), *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados. Propuestas de la arqueología desde un enfoque social*. Cádiz: 281-303.

FARIA, A. (1989) - A numária de *Cantnipo. *Conimbriga* 28: 71-99.

FARIA, A. (1992) - Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca* 1: 39-48.

FARIA, A. (1995) - Moedas de época romana cunhadas em território actualmente português. In GARCÍA-BELLIDO, M. P. - CENTENO, R. (eds.), *La moneda*

hispánica. Ciudad y território. Madrid: 143-153.
FERNÁNDEZ FLORES, A. - RODRÍGUEZ AZOGUE, A. (2007) - *Tartessos desvelado: origen y ocaso de Tartessos*. Sevilha.
FERRER ALBELDA, E. - GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2002) - Turdetania y turdetanos: contribuición a una problemática historiográfica y arqueológica. *Mainake* 24: 133-151.
GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2003) - *Los turdetanos en la Historia: análisis de los testimonios literários greco-latinos*. Écija.
GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2012) - Tartesios, Túrdulos, Turdetanos. Realidad y ficción de la homogeneidade étnica de la Bética Romana. In SANTOS YANGUAS, J. - CRUZ ANDREOTTI, G. (eds.), *Romanización, Fronteras y Etnias en la Roma Antigua: el caso hispano*. Vitoria – Gasteiz: 691-734.
GARCÍA Y BELLIDO, A. (1951) - Algunos problemas relativos a las invasions indoeuropeas en España. *Archivo Español de Arqueología* 23: 487-496.
GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2004a) - Un *askós* ibicenco en Galicia: Notas sobre el character del comercio púnico en el noroeste ibérico. *Complutum* 15: 33-43.
GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2004b) - Facing two sea: Mediterranean and Atlantic contacts in the North-west of Iberia in the First Millenium BC. *Oxford Journal of Archaeology* 23-3: 287-317.
GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2006) - Past the Last Outpost: Punic Merchants in the Atlantic Ocean (5th-1st centuries BC). *Journal of Mediterranean Archaeology* 19-1: 121-150.
GONZÁLEZ-RUIBAL, A. - RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, R. - ABOAL FERNÁNDEZ, R. - CASTRO HIERRO, V. (2007) - Comercio Mediterráneo en Castro de Montealegre (Pontevedra, Galicia). Siglo II a.C. – inicios del siglo I d.C. *Archivo Español de Arqueología* 80: 43-74.
MAIA, M. (1985) - *Celtici* e *turduli* nas fontes clássicas. In DE HOZ, J. (ed.), *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispanicas*. Salamanca: 165-177.
MAYET, F. - SILVA, C. T. (2000) - *L´établissement phénicien d´Abul (Portugal). Comptoir et sanctuaire.* Paris.
MORA SERRANO, B. (2011) - Apuntes sobre la iconografía de las monedas de **Beuipo* (*Salacia*) (Alcácer do Sal, Setúbal). In CARDOSO, J. L. - ALMAGRO GORBEA, M. (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina.* Lisboa / Madrid: 73-102.
PELLICER, M. (1996) - La colonización fenicia en Portugal. *Spal* 7: 93-106.
PELLICER, M. (2000) - El proceso orientalizante en el Ocidente Ibérico. *Huelva Arqueológica* 16: 89-134.
ROUILLARD, P. - PAIXÃO, A. C. - VILLANUEVA PUIG, M. C. - DURAND, J. L. (1988-1989) - Les vases grecs d´Alcácer du Sal (Portugal). *O Arqueólogo Português* 4- 6/7: 43-108.
RUIZ MATA, D. (2000) - Repensando el concepto histórico de Tartessos. *Historiar: Revista Trimestral de História* 5: 23-45.
SILVA, A. C. (1986) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira.
SILVA, C. T. - SOARES, J. - BEIRÃO, C. M. - DIAS, L. F. - COELHO-SOARES, A. (1980-1981) - Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica* 6-7: 149-218.
SOUSA, E. (2009) - *A ceramica de tipo Kuass no Algarve.* Lisboa.
SOUSA, E. (2013) - A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do Iº milénio a.C. *Cira – Arqueologia* 2: 103-117.
SOUSA, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa.
SOUSA, E. (2015) - The Iron Age occupation of Lisbon. *Madrider Mitteilungen* 56: 109-138.
SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2010) - A gaditanização do Algarve. *Mainake* 32 (II): 951-974.
SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) - A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In MORAIS, R. - FERNÁNDEZ, A. - SOUSA, M. J. (eds.), *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Porto: vol. 1, 303- 316.
TORRES ORTÍZ, M. (2002) – *Tartessos*. Madrid.
TORRES ORTÍZ, M. (2005) - Una colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la Primera Edad del Hierro? *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8-2: 193-213.
TORRES ORTÍZ, M. (2013) - Fenicios y tartesios en el interfluvio Tajo-Sado durante la I Edad del Hierro. In ARRUDA, A. M. (ed.), *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: 449-460.
VILLAR, F. (1999) - Los topónimos meridionales de la serie *ipo*. In VILLAR, F. - BELTRÁN, F. (eds.), Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana. *Actas del VII Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: 85-100.
WAGNER, C. (1983) - Aproximación al proceso histórico de Tartessos. *Archivo Español de Arqueología* 56: 3-35.
WAGNER, C. (2011) - Fenicios en Tartessos: Interacción o colonialismo. In ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M. (ed.), *Fenicios en Tartessos: nuevas perspectivas*. Oxford: 119-128.

OPHIUSSA

POLÍTICA EDITORIAL

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. O volume 1 (2017) é uma edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. A partir de 2018, os artigos submetidos serão sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (*peer review*). O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro trimestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e recensões bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as recensões bibliográficas.

Todas as submissões serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os trabalhos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / *blind peer review* (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, seleccionará os revisores e acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica. O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores.

O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial.

As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

A publicação de textos na *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica. Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada no endereço www.ophiussa.letras.ulisboa.pt, onde se pode consultar a totalidade da edição.

Para mais informações contactar: uniarq@letras.ulisboa.pt

OPHIUSSA

EDITORIAL POLICY

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started under the direction of Victor S. Gonçalves in 1996, with the edition of volume 0. Volume 1 (2017) is a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. From 2018, submitted articles will be subject to a peer-review evaluation process. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

All submissions will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal´s editing standards. Papers that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by the directors of UNIARQ and external researchers, will select the peer-reviewers and follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified external researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author (s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality. The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors.

The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition. Works written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of Faculdade de Letras of Universidade de Lisboa. It also has a digital version, in color, available at address www.ophiussa.letras.ulisboa.pt, where one can consult the entire edition.

For more information contact: uniarq@letras.ulisboa.pt

OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

1 - 2017

ÍNDICE

VICTOR S. GONÇALVES - Ophiussa regressa, em digital e, logo de seguida, em papel 5

MARCO ANTÓNIO ANDRADE - O sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso (Salvaterra de Magos, Portugal): um curioso contexto do Neolítico Final / Calcolítico na margem esquerda do Baixo Tejo 17

ANA CATARINA SOUSA - JORGE LOPES - O sítio do Moinho do Custódio (Arruda dos Vinhos): leituras preliminares e algumas considerações sobre o povoamento calcolítico na Península de Lisboa 51

PEDRO ALBUQUERQUE - O Guadiana como fronteira? Notas para um projecto de investigação 69

ANA MARGARIDA ARRUDA - ELISA DE SOUSA - JOÃO PIMENTA - RUI SOARES - HENRIQUE MENDES - Fenícios e indígenas em contacto no Estuário do Tejo 79

ELISA DE SOUSA - Algumas reflexões sobre a fase tardia da Idade do Ferro no Ocidente Atlântico 91

CARLOS PEREIRA - Produção e comércio de lucernas durante a Antiguidade Tardia: génese e evolução das lucernas tardo-antigas de produção africana 105

JACINTA BUGALHÃO - O papel da mulher na Arqueologia Portuguesa 123

RUI BOAVENTURA - VERA.LEISNER@PORTUGAL.PT 131

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS - Estudos Arqueológicos de Oeiras, 22 volumes e a contar... (*VICTOR S. GONÇALVES*) 144

CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq